

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

FACULDADE DE ECONOMIA

BEATRIZ ARRUDA HERNANDEZ

**AMERICAN WAY OF LIFE: A ATUAÇÃO NORTE-AMERICANA NO PÓS
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

CAMPINAS

2022

BEATRIZ ARRUDA HERNANDEZ

**AMERICAN WAY OF LIFE: A ATUAÇÃO NORTE-AMERICANA NO PÓS
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas para obtenção do Título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^o Bárbara Dantas Mendes da Silva

CAMPINAS

2022

AGRADECIMENTOS

Fruto do apoio e inspiração de inúmeras pessoas que estiveram ao meu lado ao longo de toda essa caminhada, agradeço diante da realização deste trabalho primeiramente a Deus e ao meu confidente anjo da guarda, que ao longo de toda a minha vida sempre abençoaram o meu caminho com muita luz e sabedoria.

Aos meus queridos pais, Fernando e Sandra, que diariamente preenchem meus dias com amor incondicional, apoio, paciência e inspiração para que eu possa sempre seguir meus sonhos por maiores que sejam.

À minha amiga e irmã de coração, Júlia, pela amizade, suporte, risadas e todas as noites em claro que passou me auxiliando ao longo dessa caminhada sem nunca me deixar fraquejar.

Aos professores Valdir e Bárbara, que sempre acreditaram no meu projeto e me orientaram cuidadosamente não apenas na realização do trabalho, mas também a manter equilíbrio e desejo em pauta.

Toda a docência e coordenação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que contribuiu para minha formação e preparou-me para este momento tão esperado.

“Só é digno da liberdade, como da vida, aquele que se empenha em conquistá-la.”

Johann Goethe

RESUMO

A presente monografia visa expor a influência de um padrão de estilo de vida – denominado *American way of life* – e a atuação americana no período pós Segunda Guerra Mundial. Sendo os Estados Unidos da América, ator primordial deste cenário, é evidenciado na presente monografia seus planos econômicos de reconstrução e o auxílio americano à Europa, que devastada pela guerra, implementou planos de ajuda financeira, que conseqüentemente também trouxeram reflexos a sua expressão cultural. O *American Way of Life*, baseado em um modo de viver focado no consumismo, a padronização social e a crença nos valores democráticos liberais, transformaram a percepção tradicional da sociedade construindo novos conceitos diante de sociedades fragilizadas pela guerra diante do vínculo de uma imagem de confiança aos novos preceitos de democracia e do capitalismo estadunidense que seriam aos poucos infiltradas no cotidiano não só de sua própria população mas como também de aliados e futuros aliados politicamente estratégicos transformando-se em um fator primordial para a reconstrução econômica desse período.

Palavras-chave: Pós Segunda Guerra, *American Way of Life*, estilo de vida, auxílio americano, planos econômicos de reconstrução.

ABSTRACT

This monograph aims to expose the influence of a lifestyle pattern – called the *American way of life* – and the American performance in the post-World War II period. As the United States of America is the main actor in this scenario, it is evidenced in this monograph its economic plans for reconstruction and the American aid to Europe, which, devastated by the war, implemented financial aid plans, which consequently also brought reflexes to its cultural expression. The *American way of life*, based on a way of living focused on consumerism, social standardization and the belief in liberal democratic values, transformed the traditional perception of society, building new concepts in the face of societies weakened by war in the face of the bond from an image of trust to the new precepts of democracy and US capitalism that would gradually be infiltrated into the daily life not only of its own population but also of politically strategic allies and future allies, becoming a key factor for the economic reconstruction of this period.

Keywords: Post Second World War, *American Way of Life*, lifestyle, American aid, economic reconstruction plans.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de Redesconto do Federal Reserve Bank de Nova Iorque.....	22
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Espectro de poder.....	44
------------------------------------------	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - O BOOM DA DÉCADA DE 1920	12
1.1 O Padrão-Ouro (1833-1913)	12
1.2 A ascensão dos Estados Unidos no Sistema Monetário Internacional	15
1.3 A Política Econômica estadunidense que sucedeu a Primeira Guerra Mundial durante a década de 1920	17
1.4 A especulação desenfreada e o Efeito Ponzi	18
1.5 A Crise de 1929 e a Grande Depressão.....	20
CAPÍTULO 2 - AMERICAN WAY OF LIFE	24
2.1 O <i>New Deal</i> e os padrões culturais	27
2.2 A projeção cultural do estilo de vida estadunidense	29
2.3 As rivalidades no período pós Segunda Guerra Mundial.....	34
CAPÍTULO 3 - A PERSPECTIVA DO REALISMO VERSADA COM O AMERICAN WAY OF LIFE	40
3.1 O Realismo e a contribuição estadunidense para reversão do caos Europeu pós Segunda Guerra Mundial	40
3.2 A corrente do <i>soft power</i> e <i>hard power</i> na disseminação do <i>American Way of life</i> na Europa	41
3.3 O comportamento do <i>American Way of Life</i> no pós Guerra Fria.....	45
3.4 O poder dos Estados Unidos e a ordem mundial contemporânea	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

Contextualizando por ora brevemente o termo em destaque, o *American way of life* sugere um estilo de vida essencialmente americano baseado no consumismo, na padronização social e a crença nos valores democráticos liberais. Foi propagado a partir do período entre guerras e se fortaleceu após a Guerra Fria sendo até os dias atuais um válido parâmetro de comportamento para os Estados Unidos da América que expressa o nacionalismo criado no século XVIII. O nacionalismo, liberalismo, consumismo e a valorização do poder aquisitivo podem ser considerados seus valores primordiais. Difundiam o conceito de uma vida feliz de conquistas, no qual a liberdade define esse estilo de vida americano, obtida através dos meios materiais que serviam como fuga para esquecer as mazelas da Primeira e da Segunda Guerra Mundial.

Por mais que o termo faça referência a um modelo de comportamento consumista que ainda que tenha sido adquirido em meados do século XVIII, esse estilo de vida ainda é parâmetro de comportamento nos Estados Unidos, conseqüentemente refletindo esse estilo de vida em muitas outras potências mundiais. Dessa forma, é interessante destacar o livro *Protestant-Catholic-jew* (1955) de Will Herberg, filósofo social e sociólogo americano, que identifica politicamente o *American Way of Life* como um composto quase que igualmente de democracia e livre iniciativa à religião comum da sociedade americana. Para o autor, o modo de vida americano é individualista, dinâmico, pragmático e afirma o valor supremo e a dignidade do indivíduo, salientando a atividade incessante de sua parte, propriamente definida por uma ética de autossuficiência, o personagem de mérito, e os critérios de realização, idealizando principalmente suas próprias ações.

À vista disso, a presente monografia visa responder o questionamento de qual foi a contribuição do *American way of life* nos planos de reconstrução econômica do período pós Segunda Guerra Mundial e propõe a hipótese de que esse estilo de vida americano tenha sido um fator importante para a reconstrução econômica desse período pós-guerra. Desse modo, no primeiro capítulo, vão ser abordados aspectos econômicos que retratam o contexto da revolução

econômica estadunidense ao longo de toda década de 1920, desde o boom da economia dos Estados Unidos até a grande depressão de 1929 fundamentadas pelo período clássico do padrão-ouro (1883-1913) juntamente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Já no segundo capítulo, serão discutidas questões de âmbito substancialmente sociais, identificando historicamente o termo *American way of life* em sua própria essência americana levando em conta questões como patriotismo e padrões culturais visando a perspectiva de seu sistema capitalista e regime democrático associado ao lançamento de programas de recuperação econômica como o *New Deal* e o Plano Marshall, por exemplo. Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo contribuir para a discussão acerca da influência direta que a potência estadunidense repercutiu em território europeu no pós-guerra, elucidando a cronologia dos fatos que não se encerrou apenas com a destruição em massa das capacidades dos países da Europa após 1945. Dessa forma, é evidenciada tanto a teoria Realista diante da contribuição estadunidense no caos europeu pós-guerra, como a corrente do *soft power* na disseminação desse estilo de vida tipicamente americano levando em conta as pretensões estadunidenses após o período da Guerra Fria.

Se trata de uma temática interessante pois aborda justamente a construção de um conceito de estilo de vida que descrevia um modo de estar na sociedade e o caráter projetivo do indivíduo para o grupo, do grupo para a nação e da nação para o mundo estampando uma forma de viver e de traduzir valores que mantém íntima relação com o consumo. (FEATHERSTONE, 1995) Portanto, para os Estados Unidos, o período dos pós Segunda Guerra Mundial foi de prosperidade quando comparado à outras nações ocasionando assim, competições por poder e prestígio em busca de liderança mundial, denominada Guerra Fria. (BIAGI, 2001)

Sendo assim, com o propósito de expor reflexos das estratégias e situações políticas essencialmente americanas, a presente análise busca apresentar as Relações Internacionais sob o enfoque das consequências através das causas. Em outras palavras, tomando como base o período pós-guerra, como os Estados Unidos utilizaram-se do poder estatal para atuar viabilizando a cultura e sociedade para juntamente levar à internacionalização da sua cultura de maneira a ambientar o resto do mundo em sua concepção

política, conseqüentemente, demonstrando seu poder político através do viés contido nas situações comuns da sociedade em que o indivíduo busca o conforto e o prazer no que lhe faz bem e cativa.

CAPÍTULO 1 - O BOOM DA DÉCADA DE 1920

O presente capítulo busca retratar o contexto da revolução econômica estadunidense ao longo de toda década de 1920. Para riqueza de detalhes, os motivos que permeiam desde o boom da economia dos Estados Unidos até a grande depressão de 1929 serão respaldados pelo período clássico do padrão-ouro (1883-1913) juntamente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

1.1 O Padrão-Ouro (1833-1913)

O século XVII foi marcado por diversos países que tinham seu modelo econômico resumido no sistema monetário bimetálico - ouro e prata - que, por sua vez, deram origem ao que ficou conhecido como a Lei de Gresham¹, que repercutiu na mudança da cunhagem de moedas para células. De acordo com Marcondes (1998), a repercussão de tal inconveniente era fruto das alterações nos preços relativos de uma das duas moedas em circulação em razão das mudanças na oferta em relação às taxas de conversibilidade. Este fator combinado com as condições de guerra de 1797, acabou gerando a suspensão da cunhagem dos metais preciosos e, conseqüentemente, o desaparecimento das moedas metálicas no mercado. A Inglaterra, que se utilizava do ouro como premissa para suas trocas monetárias desde 1717, tinha essa base monetária tão consolidada, que acabou despertando certa desconfiança por parte da população quando o papel-moeda passou a ser emitido a fim de preservar as reservas de metais preciosos do reino. Frente a isso, o cenário econômico mundial passou a assistir aumentos exponenciais de preço e desvalorização da libra esterlina.

Neste sentido, a grande pauta das discussões dos tomadores de decisão ingleses estava intrinsecamente pautada em alternativas para contornar a situação monetária conturbada a qual o país se encontrava. O veredicto garantia

¹ A Lei de Gresham comporta o princípio econômico que diz respeito ao momento que a sobrevalorização de uma determinada moeda expulsa outra moeda subvalorizada. O período do bimetalismo contrasta justamente a preferência popular de utilizar a prata para fins comerciais, enquanto o ouro era guardado.

que a escolha do padrão-ouro como sistema monetário vigente contribuiria para o retorno da estabilidade dos preços, uma vez que o argumento estava alinhado com o excesso na emissão de papel-moeda que resultou na enorme onda inflacionária durante a Grande Guerra (CRESPO, 2018).

Assim, define-se o padrão-ouro como:

O sistema de organizações monetárias sob o qual o valor do dinheiro de um país é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, e o meio de circulação doméstico toma forma de moedas de ouro e/ou notas conversíveis à vista em ouro a taxas legalmente determinadas. Duas condições básicas são necessárias para que um padrão-ouro pleno exista: a obrigação da autoridade monetária de trocar a moeda doméstica por ouro em qualquer quantidade à taxa especificada (isto inclui a cunhagem irrestrita de moedas a partir de lingotes de ouro entregues a ela) e a liberdade de importação e exportação de ouro por parte dos indivíduos (PEARCE, p.171, 1991).

Via de regra, a adoção do padrão-ouro como sistema monetário internacional nasceu da necessidade de combater as instabilidades econômicas que afligiam os países ao redor do mundo. De acordo com Eিংchengreen (1992), tal sistema poderia ser tratado como um sinônimo de estabilidade, ao passo que o sistema internacional, repleto de países com inflação crônica e em detrimento de desequilíbrios financeiros, finalmente pôde vislumbrar um crescimento econômico generalizado com relativa estabilidade de preços.

Somente quatro países - Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos - mantinham padrões-ouro puros no sentido de que o dinheiro em circulação internamente tomava a forma de moedas de ouro; e a medida que moeda de papel e moeda subsidiária também circulavam, eles mantinham o ouro adicional nos cofres dos seus bancos centrais ou tesouros nacionais no qual estes meios poderiam ser convertidos. (...) Em outros países o dinheiro em circulação tomava a forma principalmente de moeda de papel, de prata e simbólica. Estes países estavam no padrão-ouro, no sentido de que seus governos estavam prontos a converter suas moedas em ouro a um preço fixo à vista (EICHENGREEN, 1996, p.20).

Para Eিংchengreen (1985, p. 3-4), o padrão-ouro se alavancou na comunidade internacional quando uma determinada parcela de países passou a adotar seus três princípios básicos, conhecidos como sendo as “regras do jogo”, sendo eles: a) inter-conversibilidade entre a moeda doméstica e ouro a determinado preço oficial fixo; b) liberdade dos cidadãos de importar e exportar ouro; e, por fim, c) regras que relacionavam a quantidade de dinheiro em

circulação versus o estoque de ouro de um país. A estabilidade do padrão-ouro está alinhada com aquilo que alguns autores apontam como o cumprimento de tais regras.

Sob a perspectiva geopolítica, Cecco (1974) revela a existência de uma parte da literatura que acredita nas incoerências por trás da implementação do padrão-ouro, afirmando que, na verdade, tratava-se de um padrão ouro-libra sustentado pela Inglaterra como epicentro e a libra como moeda internacional. O ritmo de alavancagem da economia mundial acompanhava a liquidez da economia inglesa e isso foi confirmado no momento em que Londres foi escalada como principal praça financeira mundial a partir de 1870.

A partir de 1890, enquanto o sistema internacional passava por um déficit em seu balanço de pagamentos, a potência inglesa caminhava no sentido contrário. A Inglaterra passou a apresentar um déficit em detrimento das mercadorias, mas que era compensado pelo saldo positivo naquilo que tange os serviços e rendas. Isto porque, apesar de ter perdido competitividade de seus bens comercializáveis, a Inglaterra ainda representava o carro-chefe na economia mundial em serviços de frete e financeiros.

De acordo com Serrano (2002), para que a Inglaterra não fosse impactada pelo déficit mundial, era necessário que o país não apresentasse déficit crônicos na conta corrente e que a libra não desvalorizasse em relação ao ouro. Contudo, a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, fez com que a Inglaterra passasse a depender das exportações estadunidenses, resultando na liquidação de grande parte dos ativos ingleses na tentativa de financiar os esforços da guerra.

A instabilidade do dinheiro foi composta (...) de dois elementos: o fracasso das moedas nacionais em permanecer estáveis em termos do que deveria ser o padrão de valor, ou seja, o ouro; e o fracasso do próprio ouro em permanecer estável em termos de poder de compra. (KEYNES, *Alternative aims in monetary policy*, 1923)

De uma maneira geral, a tensão econômica que a guerra repercutiu sobre todo o sistema internacional foi o pontapé inicial para que os bancos centrais de todo mundo trabalhassem de forma coordenada e passassem a adotar políticas de esterilização. Em outras palavras, houve o impedimento do ajuste automático

monetário internacional, tornando o padrão-ouro disfuncional. Além disso, todas as potências econômicas passaram a assistir uma alta demanda para emitir dinheiro a fim de custear os gastos militares provenientes da guerra.

1.2 A ascensão dos Estados Unidos no Sistema Monetário Internacional

O sistema internacional estava à luz de uma nova realidade de caráter monetário policêntrico, onde Londres deixou de ser o único centro financeiro do sistema internacional e Paris, Berlim e Nova Iorque compunham o centro das decisões financeiras internacionais. Apesar de se apresentar como uma economia periférica até o momento, a estrutura estadunidense era super particular e bem distribuída, ao passo que o centro financeiro e industrial estava localizado ao leste e a agricultura se encontrava no sul e no oeste. De acordo com Cecco (1974), o sistema bancário dos EUA estava espalhado por todo território via representatividade de mais de 22 mil bancos conectados por depósitos interbancário², representando o controle monetário acima da média para a época.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, as relações monetárias internacionais na medida em que bancos de todo o mundo se viram na necessidade de adotar medidas como grandes empréstimos para descontar os papéis dos bancos e dos corretores de títulos. O fato de os EUA serem uma nação devedora e com ausência de um Banco Central alavancou efeitos ainda mais latentes em sua economia. Ao passo que as tensões aumentavam, a Europa passou a vender os ativos financeiros em prol de aumentar sua liquidez. Por outro lado, os Estados Unidos encerraram as atividades da Bolsa de Nova Iorque para garantir o prestígio do dólar no padrão-ouro.

Conforme o desenrolar do conflito, a estratégia estadunidense de fomentar sua produção interna combinada a sua nova formulação monetária para atender as demandas provenientes dos conflitos garantiu que, ao final da guerra, este país que antes era devedor, agora fosse um dos maiores credores

² Os depósitos interbancários são os títulos de emissão de instituições financeiras que são disponibilizados no mercado com o objetivo de lastrear as operações no mercado interbancário. Em outras palavras, é possível definir os depósitos interbancários como sendo tentativas de instituições financeiras de sanar seus caixas.

da guerra. Em outras palavras, a posição que o Estados Unidos ocupava não se assemelhava em nada à daquele país que, em meados de 1914, não possuía sequer um Banco Central ativo. A função de um Banco Central está intimamente relacionada com a gestão da política econômica de um país e, portanto, sua ausência pode ser relacionada com o detrimento financeiro ao passo que não existe controle robusto sobre a inflação, estabilidade e poder de compra da moeda do país em questão.

A Primeira Guerra Mundial colocou em xeque a hegemonia inglesa, visto que os EUA tinham grande capacidade para a geração de superávits, que eram depositados em Londres e que obrigavam a Inglaterra a suprir a grande demanda por ouro dos Estados Unidos. A grande movimentação de ouro fez com que os EUA trouxessem 25% do total das moedas de ouro do mundo para dentro de suas fronteiras (CECCO, 1974). Mas foi o declínio inglês que alavancou os Estados Unidos para a posição de potência central na ordem monetária internacional e colocasse o dólar como um competidor à altura da libra dentro dos conformes monetários internacionais.

As transações financeiras partidas de bancos estadunidenses passaram a ter cada vez mais representatividade. Segundo Cecco (1974), a esta reviravolta no sistema internacional está intrinsecamente pautada em três motivos principais que justificam a ascensão dos EUA: a) única economia exportadora de produtos manufaturados que também exportava commodities agrícolas; b) única potência ocidental importadora de capital; c) única potência que não possuía um banco central.

Além disso, a crise de 1907 acabou sendo o fator gerador da necessidade de um projeto de criação de um Banco Central justamente por ser uma estratégia para ter maior controle do sistema monetário. Desta forma, o então presidente da época Woodrow Wilson (1856-1924), conseguiu conciliar os interesses públicos e privados que eram contra tal criação a partir do fomento de *reserve banks* privados, semiautônomos e com a supervisão do Conselho de Governadores. Desta forma, o *Federal Reserve System* (FED) nasceu com princípios de centralização das reservas de ouro, controle de dinheiro/crédito. De acordo com Rutherford e Samuels (1996, p. 356), o FED tinha a finalidade de “[...] controlar os saldos dos bancos membros e para redescontar e emitir títulos

financeiros de maneira a proteger o público contra a atividade não regulada dos bancos em sua competição privada puramente em função dos lucros.”

1.3 A Política Econômica estadunidense que sucedeu a Primeira Guerra Mundial durante a década de 1920

Logo após o conflito bélico que se instalou no mundo durante o período de 1914-1918, a situação político-econômica colocou em xeque o equilíbrio internacional ao realçar intensa instabilidade no mundo. Galzier (2014) afirmar que a análise da conjuntura econômica mundial que avalia o período 1918-1939 precisa, necessariamente, levar em consideração a) o sistema monetário e financeiro internacional fragilizados por conta da Primeira Guerra Mundial; e b) as tensões e saturações de diversos mercados internacionais.

O primeiro ponto de análise é a tentativa da retomada do padrão-ouro neste contexto instável na tentativa de contornar a situação e voltar com a prosperidade econômica sob respaldo de taxas de câmbio fixas e livre mobilidade de fluxos de capitais. Contudo, o fato de a guerra ter criado extremos inflacionários da economia mundial extinguiu esta possibilidade - ou seja, enquanto alguns países saíram devastados economicamente (a exemplo da Alemanha, Hungria, Polônia e Áustria), outros países adquiriram o título de credores (a exemplo dos Estados Unidos), evidenciando intensa assimetria no sistema internacional (GALZIER, 2014; EICHENGREEN, 2000).

“A assimetria das taxas de câmbio e dos fluxos de pagamentos referentes às reparações e dívidas da Guerra, em conjunto com a instabilidade dos fluxos de capital, aprofundaram os desequilíbrios entre os países. Algumas economias passaram a registrar contínuos déficits em conta correntes, os quais reduziam suas reservas em ouro e moeda estrangeira, ao passo que outras desfrutavam de persistentes superávits e acúmulo de reservas.” (FILHO; SILVA, 2012, p. 5)

É notório destacar que, em meio de tanta desgraça e miséria que assolavam diversas potências europeias devido à destruição da guerra, os Estados Unidos estavam vivendo o que ficou conhecido como “anos dourados”. Este período foi marcado pelos elevados índices de atividade econômica ao passo que a balança comercial era superavitária graças às exportações expressivas de commodities agrícolas e produtos manufaturados. De acordo

com Einchengreen (2000), os Estados Unidos tinham suas reservas de ouro calculadas em US\$ 1,3 bilhões em 1913 e, em 1923, as reservas alcançaram a casa dos US\$ 4,0 bilhões.

1.4 A especulação desenfreada e o Efeito Ponzi

Deos (2008) afirma que a instabilidade econômica pode ser mensurada a partir da mistura das posições *hedge*, especulativa e Ponzi. A primeira posição é definida a partir do momento que o agente possui compromissos financeiros futuros que podem ser cobertos pela renda futura que está dentro das expectativas, considerada a posição mais “segura” para um agente se aventurar. A segunda posição tem como fator principal os compromissos futuros maiores do que a renda esperada pelo agente. Já a última posição diz respeito ao momento no qual o agente extrapola seus limites da posição especulativa e recorre ao endividamento adicional. Na medida em que a economia acumular mais posições dentro do indicador Ponzi, mais vulnerável e suscetível a crises ela se torna.

De acordo com Rutherford e Samuels (1996, p. 354) a oportunidade está intrinsecamente pautada no “saber quando, quanto e até onde empregar os instrumentos econômicos”. Contudo, o período pós-guerra deixou economias do mundo todo num vácuo de oportunidades ou, assim como no caso dos Estados Unidos, uma concentração de falsas oportunidades que acabaram gerando um efeito caótico tardio. O efeito Ponzi foi observado ao longo de toda década de 1920 ao passo que a alavancagem das posições foi criando caráter somatório ao gerar cada vez mais instabilidade na economia internacional e, conseqüentemente, realçando economias cada vez mais vulneráveis aos choques e crises.

Entre os anos de 1919 e 1921, as implementações do FED (*Federal Reserve System*) não tiveram respaldo de políticas pautadas na instabilidade de preços e de crédito, resultando em baixas taxas de redesconto e ampla compra de títulos públicos. Frente a isso, houve uma expressiva emissão de títulos e expansão de crédito, tornando a situação financeira estadunidense volátil e flutuante conforme a demanda. Em consequência deste processo, a economia

dos EUA passou a assistir à inflação dentro de suas fronteiras, provocando a necessidade do Conselho do FED de alterar as taxas de juros sobre as mercadorias e de investimento ao invés de restringir as emissões (PELLEGRINO, 2017).

Neste contexto, as autoridades financeiras passaram a ter o autoconhecimento de seus poderes. Dessa forma, no final de 1921, doze presidentes regionais³, localizados nas maiores cidade do país, além de numerosos representantes de bancos privados dos Estados Unidos criaram os doze Reserve Banks⁴ e começaram a adquirir títulos por iniciativa própria ao passo que precisavam de novos ativos rentáveis para diminuir os redescontos. Todavia, vale destacar que os efeitos destas ações caminharam no sentido contrário dos desejos dos bancos, ao passo que os ativos diminuíram de US\$ 1,3 bilhões em 1921 para US\$ 900 milhões em 1922, reduzindo então a ação dos bancos. Rutherford e Samuels explicam o fenômeno:

Se um banco reserva compra, de um corretor de mercado aberto, US\$ 1 milhão em títulos do governo, o faz por meio de um cheque sacado contra si mesmo, e o corretor deposita o cheque em um banco membro que imediatamente o deposita em um banco reserva, aumentando nominalmente assim a reserva de crédito do banco membro em US\$ 1 milhão. (RUTHERFORD; SAMUELS, 1996, p.390)

Na intenção de frear a inflação, os doze Reserve Banks criaram um Comitê Central para atuar no gerenciamento das compras e vendas de títulos dentro dos conformes do mercado aberto. Logo em 1923, a autonomia dos Reserve Banks sobre aquilo que tange títulos públicos foi substituída totalmente pelo Comitê de Investimento em Mercado Aberto. Entretanto, ainda ocorria grande entrada de ouro nos Estados Unidos e, conseqüentemente, diminuição do poder de compra da moeda. Frente a isso, os grandes tomadores de decisões financeiras e monetárias dos Reserve Banks optaram por vender um montante

³ Os doze presidentes regionais eram responsáveis pela gestão dos doze bancos regionais do FED. Eles administram as instituições financeiras ao lado de conselhos, cujos membros são governadores que compõem o setor privado.

⁴ O território estadunidense é subdividido em doze distritos, cada um com seu próprio Banco Federal de Reservas. Como o FED operava de maneira descentralizada nos Estados Unidos, cada Federal Bank tinha a função de seguir um escopo de independência política para que o Governo não influenciasse nas decisões financeiras de cada distrito. Assim, houve este plano de ação de proteger o sistema das influências governamentais e que contemplasse a participação da iniciativa privada, mas que, ainda sim, houvesse a gestão monetária dentro do escopo dos Estados Unidos.

de títulos e, em 1924, a redução de títulos foi tamanha que obrigou os bancos a tomarem empréstimos e aumentarem suas dívidas. O efeito cascata fez com que a taxa de juros comercial aumentasse e o nível de preços de atacado caísse. (PELLEGRINO, 2017).

Os preços de atacado são considerados norte da economia da época ao passo que são mais sensíveis às operações do sistema e por servirem de referência aos outros preços da economia. Para exemplificar, é possível pontuar que os preços de varejo, preços de ações, salários e aluguéis são influenciados pelos preços de atacado.

Outro fator que somava para a precariedade do cenário no qual os Estados Unidos se encontravam era o fato de que no final da década de 1920, as potências europeias já não importavam tantos produtos industrializados e agrícolas estadunidenses como no período de pós-guerra imediato. Isso acabou resultando no aumento de estoques das indústrias dos EUA. Indústrias estas que, durante a época dos “anos dourados” e “capitalismo popular” que colocaram os Estados Unidos como líderes mundiais, possuíam ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque e milhões de cidadãos tinham investido nestas ações (COGGIOLA, 2015).

Dessa forma, vale destacar a emergência da produção de massa atrelada ao crédito do consumidor já que se trata de um fator determinante nesse padrão de produção tipicamente americano. Além disso, também é possível assimilar com as modificações que permitiram o crédito ao consumidor, como por exemplo, a maior segurança no trabalho, interligados com transações internas que aconteceram não só nos Estados Unidos mas também em outros países por efeito da guerra.

1.5 A Crise de 1929 e a Grande Depressão

A maior característica do mercado de ações do final da década de 1920 se deu no uso de crédito para comprar ações, ou seja, quando investidores utilizavam empréstimos de margem (ou *margin loans*) para comprar ações e recebiam empréstimos de corretores (ou *brokers' loans*) como forma de financiamento de seus clientes e seus estoques de títulos. De acordo com

Rappoport e White (1993), os empréstimos de margem eram operações as quais colocavam os bancos como financiadores da aquisição de títulos e recebiam as ações como efeito colateral para manter a margem de segurança. Para exemplificar, quando havia uma aquisição de US\$ 1000,00 em ações, o investidor precisava desembolsar de US\$ 300,00 e o banco financiava o resto. Já o empréstimo de corretores estava atrelado com operações de curto prazo com o adiantamento dos juros, mas onde o credor apenas recebia o pagamento de maneira integral no momento de maturação do empréstimo.

Prado (2011) pontua que, para entender a crise econômica que tomou conta do cenário internacional em 1929, é necessário entender os conceitos que envolvem o a) Estouro da bolha ou *crash*; b) Pânico; c) Flutuações ou ciclos econômicos; d) Crises financeiras; e) Crises econômicas; f) Recessão; e, por fim, g) Depressão.

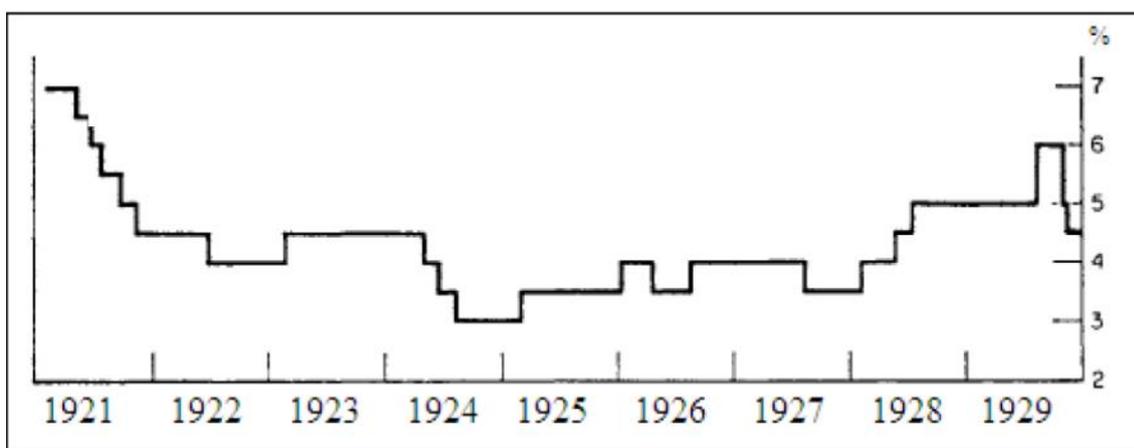
O conceito por trás do estouro da bolha ou *crash* está intimamente relacionado com o colapso dos preços de ativos - ou seja, tudo aquilo que tange às ações e títulos que são negociados no mercado da bolsa de valores - ou a quebra de um grande banco ou de um grupo de empresas que detém uma parcela relevante dentro da economia. O pânico é o resumo da transfusão dos ativos considerados “arriscados” para ativos “mais seguros” - e até mesmo retirada completa de depósitos bancários - em prol de refúgios seguros para aplicação de ativos e aumento da liquidez. Uma crise financeira nasce em razão de qualquer um destes fatores, cuja principal característica se dá na elevação repentina da percepção de risco pelos bancos e outras instituições financeiras (PRADO, 2011).

Cabe ressaltar que as crises financeiras normalmente acompanham redução do nível de atividade econômica e, conseqüentemente, crises econômicas disfarçadas por recessões. A duração destes tipos de crise são relativamente curtas e tendem a atingir somente determinados nichos da economia. Já as depressões econômicas, apesar de serem raras na história, são duradouras e provocam falências sistêmicas de diversos setores, redução de preço de ativos e mercadorias fruto da queda da atividade econômica, aumento da taxa de desemprego, redução de atividade no comércio exterior e instabilidade internacional. Por fim, as flutuações econômicas ou ciclos

econômicos competem as mudanças na dinâmica das atividades econômicas que se manifestam por aceleração ou redução da taxa de crescimento econômico, nível de emprego, investimento, entre outros (PRADO, 2011).

Em outubro de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque assistiu à bolha financeira estourar no mercado de ações, sendo resultado da combinação da crise do superinvestimento e da crise financeira. O primeiro fator foi fruto da ausência de um marco regulatório efetivo para gerir a era do petróleo e da produção em massa. O segundo fator foi oriundo da política monetária expansionista adotada pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque. Abaixo, o Gráfico 1 apresenta com clareza as oscilações das taxas de redesconto do FED até chegar em 1929, quando houve a desvalorização bruta (BUENO, 2009).

GRÁFICO 1 - Taxa de Redesconto do Federal Reserve Bank de Nova Iorque



Fonte: Bueno, 2009.

O aumento dos juros propagados pelo FED teve um efeito adverso sobre o consumo e não impactou os especuladores da maneira que se era esperada, uma vez que estes estavam menos dispostos a pagar preços maiores pelo dinheiro. Neste momento, houve a percepção real do esgotamento do crescimento econômico baseado na guerra e na reconstrução europeia.

Durante a principal fase de contração da depressão, entre 1929 e 1933, a produção real nos Estados Unidos caiu quase 30 por cento. Durante o mesmo período, de acordo com estudos retrospectivos, a taxa de desemprego subiu de cerca de 3 por cento para quase 25 por cento, e muitos dos que tinham a sorte de ter um emprego conseguiam trabalhar somente em turno parcial. [...] Outras características do declínio de 1929-33

incluem uma acentuada deflação - os preços caíram a uma taxa de quase 10 por cento durante a década de 1930 - bem como um mercado de ações despencando, difundido falências bancárias, e uma onda de calotes e falências por parte das empresas e das famílias. (BERNANKE, 2004, p. 224).

A crise de 1929 se diferencia de uma crise cíclica clássica (caracterizada pela crise seguida da recuperação, expansão, recessão e crise novamente) por não apresentar sinais de solução autônoma, como as demais crises que precederam a história e, portanto, ganhou o título de grande depressão ao longo da década de 1930. Cabe ressaltar que a crise se estendeu para além das fronteiras estadunidenses, impactando países de todos os cantos do mundo. A atividade bancária, por exemplo, representou o ramo que mais sofreu os efeitos - sobretudo na Europa central. Frente a isso, as primeiras medidas contra a depressão foram adotadas a partir de 1932 - adotadas por Franklin D. Roosevelt (1882-1945) nos Estados Unidos, por Hjalmar Schacht (1877-1970) na Alemanha nazista e, mais tarde, teorizadas por John Keynes (1883-1946).

Aos poucos, a intervenção estatal passou a ser um dos pilares para a reconstrução dos países devastados pela crise para que houvesse maior controle financeiro sobre suas ações. Os Estados Unidos implementaram a política do *New Deal* e deu criou diversas medidas intervencionistas para atenuar a crise mas, para não deixar o caráter liberal de seus discursos, Roosevelt se debruçou no argumento que a postura foi adotada no sentido emergencial e não de mudança estrutural. Neste momento houve o abandono completo do padrão-ouro, regulamentação da atividade econômica a partir da desvalorização do dólar para aliviar a situação dos agricultores endividados dos EUA.

Por conseguinte, vale destacar adiante um histórico exclusivamente americano do American Way of Life no capítulo adjacente, política econômica que sucedeu a primeira guerra mundial durante a década de 1920.

CAPÍTULO 2 - AMERICAN WAY OF LIFE

Cabe neste presente capítulo identificar historicamente o termo *American Way of Life* em sua própria essência americana. É notório que, ao longo da segunda metade do século XX, a descrição tomou forma conceitual, sugerindo que a relação do modo de ser passou a se referir a um modo de viver, um modelo que se constituiria em um estilo de vida tipicamente norte-americana (CUNHA, 2017).

Com base nisso, os conceitos de estilo de vida que sustentam o conceito de *American way of life* desenvolvidos na presente monografia devem ser conceitualmente diferentes. Os dois pontos de vista observados por Mike Featherstone (1995), sociólogo britânico influente na geração de financiamento internacional e na organização de conferências influentes, que reflete essencialmente a respeito dos motivos que levaram as ciências humanas de modo geral a se interessarem por tal assunto, cunhando o termo com o objetivo de também entender como o pós- modernismo surgiu e como se transformou em uma imagem cultural tão influente e poderosa, assim, delineiam o significado do vocábulo e são aqui adotados (CUNHA, 2017).

Em primeiro lugar, a reflexão deste autor sobre a relação subjetiva que indivíduos e grupos sociais mantêm com suas expressões e suas subjetividades:

A expressão “estilo de vida” está atualmente em moda. Embora tenha um significado sociológico mais restrito, designando o estilo de vida distintivo de grupos de status específicos [...], no âmbito da cultura de consumo contemporânea ela conota individualidade, autoexpressão e uma consciência de si estilizada. O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias etc., de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor. (FEATHERSTONE, 1995, p. 119)

A segunda questão complementa a anterior e corrobora a compreensão do espaço em que o estilo de vida ultrapassa a descrição individual ou grupal para assumir o caráter de representação, de imagem disseminável, como um movimento de dentro para fora, capaz de se tornar aspiracional:

[...] convém descer do alto nível de generalidades que enfatiza os processos sociais e culturais e a lógica do capitalismo – que podem ser vistos como fatores que puseram em evidência o estilo de vida – para uma consideração da produção das preferências de estilo de vida – para uma consideração da produção das preferências de estilo de vida no âmbito de um espaço social estruturado, no qual vários grupos, classes e frações de classe lutam e competem para impor seus gostos específicos como “os” gostos legítimos e, por meio disso, quando necessário, nomear e renomear, classificar e reclassificar, ordenar e reordenar o campo (FEATHERSTONE, 1995, p. 124).

Portanto, a construção de um conceito de “estilo de vida” ao longo do Século XX movimentou-se entre imagens que descreviam um modo de estar na sociedade e o caráter projetivo do indivíduo para o grupo, do grupo para a nação e da nação para o mundo. Basicamente, o estilo de vida definido como *American way of life* passou a simbolizar uma forma de viver e de traduzir valores que mantém íntima relação com o consumo diante de um momento histórico no qual a população necessitava de uma válvula de escape para esquecer os traumas e a tristeza das guerras mundiais. Para que esta construção obtivesse consistência, foram necessários dois fatores-chave: a reorganização política e econômica do mundo no momento pós-Segunda Guerra Mundial e o papel que o consumo adquiriu neste cenário de crescente industrialização e expansão internacional.

Contextualizando os fatores acima é importante entendermos que após a Segunda Guerra Mundial foi estabelecida uma nova ordem geopolítica no mundo, o chamado mundo bipolar, caracterizado por um período em que Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) despontaram como as maiores potências mundiais já que os principais países envolvidos no conflito (França, Reino Unido, Itália, Alemanha e Japão) se encontravam em péssima situação socioeconômica.

À vista disso, e já considerando o segundo fator chave anteriormente citado, a expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, também conhecida como o boom econômico pós-guerra, foi um período de prosperidade econômica em meados do século XX que ocorreu principalmente nos países ocidentais essencialmente assegurados pelos Estados Unidos. É notório o papel

que o consumo adquiriu diante de um cenário de crescente industrialização já que a economia americana continuou a crescer no período pós-guerra a taxas semelhantes encontradas durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm (2009), neste período as economias centrais procuraram, em primeiro lugar, estabelecer reformas no capitalismo, promovendo sua reestruturação ao passo que a globalização e a internacionalização da economia mundial avançavam. A reestruturação do capitalismo promoveu, portanto, uma nova versão ao antigo sistema, na qual caberia ao Estado a função de planejar a modernização econômica, o que conferiu à “Era de Ouro” a democratização do mercado. O resultado, portanto, foi basicamente a promoção do estado de Bem-estar Social e o aumento substancial do consumo, com a criação de um mercado consumidor de massa para produtos de luxos (HOBBSAWM, 2009).

Vale também relacionar, a expressão “trinta anos gloriosos” que basicamente faz referência aos 30 anos (de 1945 a 1975) que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e que constituíram um período de forte crescimento econômico na maioria dos países desenvolvidos. A expressão foi usada pela primeira vez pelo demógrafo francês Jean Fourastié, em 1979, no seu livro *“Les Trente Glorieuses ou la révolution invisible de 1946 a 1975”*.

Segundo Fourastié (1979), durante esses Trinta Anos Gloriosos ocorreu uma verdadeira revolução, que, apesar de silenciosa, trouxe grandes transformações econômicas e sociais que marcaram o ingresso da Europa, quarenta anos depois dos Estados Unidos, na sociedade de consumo. É um termo interessante pois nos faz refletir a forma como mesmo diante de um momento crítico decorrido de duas guerras mundiais, toda a população já havia sentido o efeito do capitalismo e do consumo desordenado agora querendo então usar deste mesmo poder de consumo com o intuito de neutralizar a herança destrutiva das guerras.

Portanto, voltando ao conceito principal de estilo de vida americano, é necessário destacar que o mesmo só foi possível por conta da superioridade tecnológica americana, do poderio do seu exército e do arsenal de guerra desenvolvido após os conflitos da primeira e segunda guerra mundial. A fabricação em massa possibilitou o consumo em grande escala e com o crédito

barato, os americanos aproveitaram para comprar bens, muitas vezes supérfluos mas que ainda assim faziam parte de suas vontades e realizações. Automóveis e televisores – agora indispensáveis nas casas e com eles, a influência e divulgação de um novo padrão de vida e comportamento, por exemplo, são fortes exemplos de itens que primordialmente não eram demandados como começaram a ser a partir desse período.

Dessa forma, a maior potência capitalista do mundo festejava os recordes de produção e o êxito nas transações comerciais. A população foi incentivada a não só comprar itens pessoais como também ações na Bolsa de Valores, investindo suas economias em clima de euforia. Esse estilo de vida americano evidentemente transformou-se em sinônimo de sucesso e do pleno desenvolvimento dos Estados Unidos. O consumo em alta ampliava a produção agrícola e industrial, com alto enfoque na cultura já que se tratava de um momento no qual o país era modelo e inspiração para o resto do mundo. O cinema e o teatro, por exemplo, ganharam considerável espaço até se tornar uma das principais atividades culturais da época, projetando o desenlace dos Estados Unidos em propagandas, na família sorridente, trabalhadora e consumista que se tornou modelo no país.

2.1 O *New Deal* e os padrões culturais

Historicamente, tal prosperidade começa a correr perigo quando acontece a queda da bolsa de valores de Nova York e os americanos enfrentam uma forte crise econômica, crise na qual conseqüentemente diminuiu o poder de compra. Com o desemprego em alta por conta, principalmente por conta do fechamento de indústrias devido ao alto déficit de fabricação, conseqüentemente os níveis de consumo caem. Para modificar tal cenário, o presidente americano Franklin Roosevelt (1882-1945) lança o programa de recuperação econômica nomeado de *New Deal*, iniciado em 1933, com a pretensão central de ampliar a ação do Estado na economia ao controlar a produção e realizar obras públicas para empregar aqueles que perderam seu trabalho por conta da crise, seguindo as ideias econômicas preconizadas pelo economista John Keynes que defendia uma política econômica de estado intervencionista, através da qual os governos

usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos.

Colocando em contrariedade as ideias liberais e reforçando a presença do Estado na economia, aos poucos, o programa começou a dar resultados, e a economia norte-americana voltou a apresentar números positivos. Por consequência, o programa fez com que o liberalismo entrasse em crise, restituindo as ideias de livre mercado, caracterizada pelo sistema onde agentes econômicos agem de forma livre, com mínima intervenção do Estado e as atitudes dos indivíduos respeitam a transferência de dinheiro, bens e serviços de maneira voluntária. Outra consequência notória *do New Deal* foi no âmbito político, já que os primeiros resultados desse programa de recuperação econômica colaboraram para o aumento da popularidade do presidente Franklin Roosevelt e pavimentaram sua reeleição para um novo mandato presidencial devido aos resultados positivos do plano.

Após a Segunda Guerra Mundial, o *American Way of Life* emerge ainda com mais força. É a partir daí que esse modo de vida americano se impõe ainda mais integralmente em todo o mundo sendo referência de bem-estar principalmente para os países ocidentais. A contar desse momento, os Estados Unidos construíram uma sociedade praticamente sem desemprego onde todos os sonhos podiam ser realizados, salientando a forma como essa ideia de sociedade perfeita e igualitária, vendida através dos filmes e das propagandas, foram fundamentais para lutar contra a União Soviética e o comunismo durante a Guerra Fria.

Os padrões culturais têm um papel muito importante na vida social: são quadros de referência e exemplos acessíveis às pessoas e influenciam atividades, relacionamentos e atitudes. À vista disso, é válido relacionar esses padrões com o conceito de “estilo de vida” de uma nação multicultural que é os Estados Unidos. Uma característica muito marcante no *American Way of Life* é o orgulho que o povo americano sente de seu país e de seu “estilo de vida”, conceito no qual, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define como um conjunto de hábitos e costumes que são influenciados, modificados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de socialização. Portanto, é notório relacionar a forma como a cultura americana é baseada em um forte patriotismo,

por exemplo, frequentemente defendendo e acreditando na excelência do país com fidelidade.

Historicamente falando, o patriotismo é estimulado nos norte-americanos desde o seu nascimento, tendo como símbolo máximo sua bandeira, característica marcante que se faz presente desde a época da formação colonial e que, segundo o pensador político e estadista francês Alexis de Tocqueville (1835), foi fundamental na construção e manutenção de tal sociedade justamente por ter dado o ânimo necessário para um desenvolvimento social, econômico e político. Dessa forma, o “amor à pátria” fazia com que os norte-americanos acreditassem ser seu país uma família e que todos os habitantes eram irmãos por terem origem semelhante e o mesmo ideal: “fazer a América” – construir um país próspero e rico, mediante muito trabalho, disciplina e fé, denominado puritanismo. (HOBBSAWM, 2009)

O sistema capitalista e o regime democrático, simbolizado pelo *American way of life*, tornaram-se hegemônicos, o que trouxe ao mundo profundas mudanças sociais, culturais e políticas, estilo americano de vida que expressa um suposto comportamento típico dos cidadãos norte-americanos no qual influenciou profundamente o chamado *American dream*, ou seja, o sonho da felicidade se realizava somente na adesão ao estilo de vida americano. É como se, segundo os teóricos marxistas Jameson Fredric e Slavoj Zizek (1998), a identidade ideológica de “ser americano” superasse a tensão existente entre as diferenças étnicas individuais e a identidade coletiva, viabilizando um ideal de igualdade.

2.2 A projeção cultural do estilo de vida estadunidense

A presença das mídias foi muito importante para que o resto do mundo conseguisse perceber da forma mais agradável e carismática possível a imagem revolucionária que os Estados Unidos da América gostariam de passar, assim, grande parte da produção cultural e midiática dos Estados Unidos no século XX superou suas fronteiras e alcançou o mundo.

Televisão, cinema, rádio, revistas e jornais, são grandes exemplos que expuseram a imagem dos Estados Unidos da América como sendo progressista,

igualitário, democrático e consolidado. Segundo Cunha (2017) se tratava de uma de uma sociedade composta por cidadãos que passavam a impressão e energia de serem sadios, educados, primorosos e éticos, que se organizava em núcleos familiares e sociais, e que serviria de modelo para seu próprio povo como para tantos outros que assistiam a filmes ou que acompanhavam a seriados na TV. Um modelo que se validava em importância pelos sinais exteriores de progresso, materializados em objetos de consumo e em atitudes constituídas pelo usufruto das promessas religiosas e democráticas que fundamentaram a nação norte-americana, desde a elaboração de sua Constituição no Século XVIII.

O historiador francês e especialista em relações internacionais e na história dos Estados Unidos, Pierre Melandri (2006), aponta o esforço industrial, bélico e financeiro dos Estados Unidos como o fator preponderante para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e a posterior reconstrução da Europa, sucessivamente aprofundada como temática dessa tese em questão. Desse modo, dissiparam-se as sombras criadas com a crise gerada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, crise arduamente vivenciada ao longo da década de 1930 pelos norte-americanos, como antes citado. Assim, com o destemor revigorado, o país consolidou sua proposta de nação defensora da democracia liberal, que deveria expandir seu sistema econômico e social para o mundo.

Se a Administração era unânime em pensar que um enfraquecimento do dólar constituiria uma grave ameaça para o futuro da experiência nacional, a mesma unanimidade pretendia um reforço das posições americanas no estrangeiro. A prosperidade e o desenvolvimento da economia nacional pareciam mais do que nunca ligadas à sua expansão internacional, e logo à preservação de uma ordem mundial neoliberal. (MELANDRI, 2006, p. 177)

Entende-se, desse modo, por que a referência das imagens projetadas dos Estados Unidos assumiu proeminência para os seus cidadãos e para os demais povos expostos à informação e às formas de comunicação oriundas daquele país – às quais apresentavam a prova de superioridade em bens, conforto e segurança. O que coaduna com a visão defendida pelo historiador Nicolau Sevcenko acerca das representações do consumo que se tornaram

imprescindíveis sinalizadores de um modo de viver triunfante tal visto que é notória a alteração no padrão de comportamento das pessoas, diante do predomínio de máquinas e a crescente industrialização acelerada que de fato provocou uma mudança de valores da sociedade influenciada agora não só essencialmente por suas qualidades mas também pelo seus bens, a maneira como se vestem, objetos que exibem ou até mesmo o jeito de se comportar. (SEVCENKO, 2001)

Por consequência, diante da perspectiva de transposição do consumo do bem em si para o consumo de valores, proposta por Mike Featherstone, torna-se necessário, segundo o autor, investigar o processo de articulação, transmissão e disseminação desse novo cenário levando-se em conta tanto o público como os intermediários culturais afim de examinar o modo como as pedagogias dessas novas sensibilizações são incorporadas nas práticas cotidianas.

A tratativa que o Estados Unidos buscava em reconhecido como vencedor e referência de um modo de viver desejável encontra na comunicação a forma de expor seus traços, embalados pela “cultura de consumo [que] usa imagens, signos e bens simbólicos evocativos de sonhos, desejos e fantasias que sugerem autenticidade romântica e realização emocional em dar prazer a si mesmo, de maneira narcísica, e não aos outros” (FEATHERSTONE, 1995). Cabe ressaltar que, apesar deste aspecto endógeno, a midiatização das relações e imagens de progresso, pujança e bem-viver também serviu a muitas outras sociedades e culturas, mantendo presente um processo de “[...] produção de preferências distintivas por estilos de vida e bens de consumo” (FEATHERSTONE, 1995).

Por consequência, acabou de fato sendo projetado um modelo sólido de sucesso, força, diferenciação e distinção, além do que seria também associado à qualidade e superioridade de vida, à essência de uma vida inquestionavelmente boa e plena. Além disso, influenciou também na consolidação – e na formação – de estilos de vida ao longo de todo o mundo diante da construção de um cotidiano dos sonhos.

Vale aqui também enfatizar o termo “sociedade de consumo” que é bastante utilizado para representar os avanços de produção do sistema

capitalista, que se intensificaram ao longo do século XX especialmente nos Estados Unidos e que, posteriormente, espalharam-se – e ainda vem se espalhando – pelo mundo. Efetivamente, Featherstone (1995) deixa evidente como a sociedade de consumo é notavelmente compreendida diante do crescimento do consumismo na sociedade para manter a circulação de capitais e garantir a geração de lucro, desse modo, é importante relacionarmos a importância que o consumo tem não só para a sociedade interna mas também externa.

Neste seguimento, o desenvolvimento econômico e social é pautado pelo aumento do consumo, que resulta em lucro ao comércio e às grandes empresas, gerando mais empregos, aumentando a renda, o que acarreta ainda mais consumo. Um rompimento desse modelo representaria uma crise, pois a renda diminuiria, o desemprego elevar-se-ia e o acesso a elementos básicos seria mais dificultado. Por consequência, o *American Way of Life* foi um exemplo da emergência desse modelo tendo como efeito um consumo fundamentalmente americano interessante para a época.

Assim como hoje possuímos um ideal naturalmente guiado pelo desejo de compra, por exemplo, os Estados Unidos venderam a ideia da felicidade diante da ideia de consumo, como se comprar e desfrutar o tempo livre em atividades de lazer se tornassem a partir de então essencial, caracterizando uma nova era que a população anteriormente não estava adaptada mas prontamente cultuaram. (FEATHERSTONE, 1995)

Diante desse novo estilo de vida, vale destacar a forma como os Estados Unidos se aproveitou desse cenário para reforçar sua identidade hegemônica dentro e fora do país para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado e outras classes de trabalhadores, descrito pelo teórico marxista Antônio Gramsci, criador do conceito de hegemonia. Dessa forma, é possível perceber como as práticas cotidianas fortalezenses como o vestir-se, o comer e o falar obtiveram fortes tendências a partir deste polo de hegemonia, tal qual relacionada a forma que a abertura para estes acontecimentos tiveram forte respaldo através do desejo por civilização e distinção social, assim permeando o cotidiano das

famílias mais abastadas, as quais buscaram se distinguir socialmente através da incorporação dos hábitos e dos costumes norte-americanos.

Considerando teorias, é interessante relacionar o Construtivismo, teoria na qual considera que há uma construção do conhecimento e que, para que isso aconteça, a educação deve criar métodos que estimulem essa construção, manifestada pelo biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget e inserido no campo das Relações Internacionais em 1989 por Nicholas Onuf em sua obra *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, faz uma referência interessante quando relacionado a esse estilo de vida americano. Diante desse raciocínio, a abordagem construtivista de Alexander Wendt, cientista político americano e um dos principais pesquisadores construtivistas sociais no campo das relações internacionais, é essencial como instrumento de análise das novas percepções dos EUA nesse novo quadro político.

Wendt (1999) define o construtivismo como uma teoria estrutural do sistema internacional que possui três principais alegações: 1) os Estados são a unidade principal de análise para a teoria política internacional; 2) as estruturas-chave no sistema de Estados são mais intersubjetivas do que materiais e, 3) os interesses e as identidades dos Estados são construídos por essas estruturas sociais, ao invés de serem fornecidos de modo exógeno ao sistema pela natureza humana ou pela política doméstica. À vista disso, o autor deixa claro como nossas “ambições, medos e esperanças” estão relacionadas a nossa evolução social, asserções que indicam, para Wendt: 1) a realidade é socialmente construída; 2) as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e, 3) as identidades e os interesses dos atores são construídos pelas ideias compartilhadas (WENDT, 1999).

Com base nisto, é possível perceber a forma como a influência de poder idealizada pelos americanos propõe abalar a sensação de normalidade cotidiana para impor para todo país a referência de bem-estar através do poder de compra diante de sua superioridade tecnológica e grande poder bélico, vendendo a ideia de uma vida essencialmente próspera.

2.3 As rivalidades no período pós Segunda Guerra Mundial

Como observado anteriormente, o *American Way of Life* se consolidou principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial. Agora, com o propósito de correlacionar com o capítulo subsequente que destaca perspectiva do Realismo versada com o *American way of life*, ao contrário do plano de resgate americano que foi o programa *New Deal* essencialmente americano, englobando reformas econômicas e regulação de setores, implementação de medidas de emergência, mudanças culturais e nova relação política entre Estado e sociedade, vale mencionar que os Estados Unidos, diante de um cenário positivo e reestruturado ainda que pós guerra, também criou um programa de ajuda econômica aos países da Europa Ocidental com o objetivo de reconstruí-los após a Segunda Guerra Mundial, nomeado Plano Marshall. O objetivo do plano era basicamente reconstruir economicamente os países europeus ocidentais que foram destruídos ou que sofreram perdas com a ocorrência da guerra, vigorando entre 1947 e 1951, sendo o principal motivo para o repentino arranque econômico desses países da Europa, favorecendo principalmente países como a Inglaterra, França e a Itália (SHUKAIR, 1972).

Mal acabara a Segunda Guerra Mundial, e já se notava a discussão sobre as viabilidades de um mundo sem conflitos onde a ordem internacional, que procurava manter a paz internacional, regeria as Relações Internacionais. À vista disso, o autor também esclarece a forma como os Estados Unidos, sem deixar seus próprios interesses políticos de lado, conseguiram criar as instituições de fortalecimento da internacionalização dos capitais na segunda metade do século XX e adotaram como outro objetivo do plano, a realização de uma propaganda maciça contra a União Soviética (URSS), estabilizando a situação política e social na Alemanha e contendo o avanço do poder diante de partidos comunistas na França e na Itália já que não se pode ignorar o fato de que com a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, o prestígio da União Soviética estava em alta, além de tropas do Exército Vermelho estarem estabelecidas em países europeus (CUNHA, 2012).

Contudo, capitalistas tanto dos EUA como de países da Europa Ocidental presumia na recuperação econômica e na melhoria dos níveis de consumo

material da população, além da criação de uma sólida estrutura estatal diante da promessa capitalista em serviços sociais, nas áreas de saúde, educação e emprego, por exemplo. A intenção, era essencialmente sugerir que esse modelo capitalista ocidental era superior que o capitalismo soviético – popularmente chamado de comunismo. (CUNHA, 2012)

O Plano de Recuperação Europeia mostrou-se competente e sustentou consideráveis taxas de crescimento econômico aos países da Europa Ocidental nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (SIMON, 2011). O plano também serviu para criar as bases do chamado Estado de Bem-Estar Social (concepção que abrange as áreas social, política e econômica e que enxerga o Estado como a instituição que tem por obrigação organizar a economia de uma nação e prover aos cidadãos o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança), que seria atacado a partir da década de 1970. Além disso, o Plano Marshall também possibilitou a transnacionalização do capitalismo ocidental, sendo um dos motivos para a vitória da esfera de influência dos EUA na Guerra Fria (SIMON, 2011).

Neste mesmo período, ainda que marcado pelas rivalidades anteriores à guerra, o principal diferencial era que os Estados Unidos se tornaram uma grande potência mundial viabilizando ao país a exportação de industrializados e produtos agrícolas para a Europa que gerou lucros ao país. À vista disso, os americanos conseguiram não só exportar sua cultura se infiltrando em outras nações, por meio do cinema, da literatura e da música mas como também souberam desfrutar o espaço de poder desobstruído pela crise europeia do pós-guerra. (CUNHA, 2012)

A economia dos Estados Unidos, portanto, passou a ser controlada mais do que nunca pelas grandes corporações que moldaram um consenso político nos anos 1950, garantindo melhores salários para muitos trabalhadores em troca do controle conservador da economia e sociedade. (ARAÚJO, 2015) Esse acordo foi baseado numa política fortemente anticomunista, que levou o país a uma guerra “fria” contra ameaças radicais tanto internamente como externamente das fronteiras nacionais.

Historicamente, a Guerra Fria, iniciou-se por meio de um discurso realizado por Harry Truman, 33º presidente dos Estados Unidos, no Congresso

americano, em 1947. Nesse discurso, o presidente americano solicitava verba para combater o avanço do comunismo na Europa e alegava que era papel do governo americano combater o avanço da influência soviética. Transcorreu entre 1947 e 1991 e marcou a polarização do mundo em dois blocos: um liderado pelos americanos e outro pelos soviéticos. Polarização que sucessivamente gerou um conflito político-ideológico entre as duas nações e seus respectivos blocos, cada qual defendendo os seus interesses e a sua ideologia ainda que nunca tivesse gerado um conflito armado direto entre as mesmas (ARAÚJO, 2015).

Desse modo, inicia-se a Doutrina Truman lançada em 1947. Uma das etapas dessa doutrina foi precisamente o Plano Marshall, o plano de recuperação da Europa destruída pela guerra que tinha justamente o objetivo de aumentar a influência americana na no continente europeu, motivo pelo qual fez os soviéticos, diante essa realidade, proibirem os países de seu bloco a aderirem a esse plano.

Vale destacar que o discurso praticado pela Doutrina Truman utilizava de um discurso alarmista, ou seja, um discurso que tenta fisgar a atenção da audiência pela noção de risco, que colocava o governo soviético como um governo expansionista (BIAGI, 2001). O governo americano, no entanto, tinha completa consciência que a postura dos soviéticos era uma postura defensiva mesmo porque o país estava destruído pela guerra e buscava garantir seus interesses apenas na sua zona de influência.

Por outro lado, é importante esclarecer que as dificuldades econômicas que os países europeus enfrentariam no pós-guerra poderiam facilmente abrir espaço para o avanço do comunismo, tal possibilidade que preocupava os americanos (BIAGI, 2001). Assim, os Estados Unidos desenvolveram um discurso maniqueísta, termo filosoficamente definido por uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada e propagada por Manes ou Maniqueu, filósofo heresiarca do século III, que divide o mundo simplesmente entre bom e mau, mais bem definido por “matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom”, tal qual responsável por polarizar a relação entre as duas nações. Dessa forma, os soviéticos, que, a princípio, interessavam-se apenas em garantir o controle sobre sua zona de influência, acabaram incorporando o discurso maniqueísta, o que concretizou a polarização que marcou a Guerra Fria.

Podemos considerar então, que o período pós-guerra europeu descrevia a um cenário de destruição física, moral e política. A condição da população causou uma notória migração, ocasionado tanto pela guerra quanto pelo período pós-guerra, sucedendo proporções incomparáveis mesmo diante de toda a história europeia moderna, historicamente relacionada pelos historiadores como o período histórico que começou com a Queda do Império Bizantino, em 1453, derrubado pelos turcos-otomanos, e terminou com a Revolução Francesa, em 1789. (AFONSO, 2015)

Seguindo esse contexto, a Europa ainda estava destruída e todo seu território e toda a sua população carregavam cicatrizes da luta armada e dos temores morais presenciados no continente. A União Soviética via sua população marcada pelo abatimento e extermínio de cerca de milhares de soldados, economias abaladas, e Estados sem argumentos diante da comunidade internacional visto que perderam grande parte de seu poder, viabilizando primordialmente um cenário no qual o medo se sobressaía junto ao sentimento de nacionalismo desamparado.

Já os Estados Unidos, por sua vez, tinham uma perspectiva de guerra diferente. Por mais que muitos soldados tenham sido feridos ou mortos, o número não se compara ao sentido pelos soviéticos, seu território manteve-se seguro, sua economia viu o crescimento decorrente da indústria bélica (fornecedora de armamentos e munições aos beligerantes) e o poder político estava intacto e a procura de artifícios para ampliá-lo. Os Estados Unidos basicamente detinham o fôlego que a Europa não conhecia, a economia em crescimento que a União Soviética observava e o poder político com estratégias instrumentalizadas no comportamento interno estadunidense, o *American way of life*. Além disso, os americanos também “mantinham na manga” seu poder na forma da bomba atômica, citada por Truman – enquanto presidente – como a grande aliada contra as forças inimigas. (AFONSO, 2015)

À vista disso, o equilíbrio das forças no cenário de pós-guerra foi aprimorado pela retórica das superpotências que tratavam de suas ideologias como argumentos políticos na luta pelo poder, no mesmo sentido que define Hans Morgenthau, teórico no campo de estudos da teoria das Relações Internacionais.

É completamente evidente e interessante descrever a forma como o pós-guerra definiu o fim da luta armada e o início da utilização de estratégias políticas e negociais entre os Estados na busca pelo poder entre os Estados Unidos e a União Soviética, o primeiro, enxergando a si próprios como os grandes vencedores da guerra, vitoriosos sem que a população perdesse a tranquilidade e acreditando ser: o povo escolhido para salvar, que ficou conhecido como Destino Manifesto, ou seja, estender a riqueza para “ajudar” a reconstrução da Europa, graças à condição de detenção da cultura do Ocidente enraizada no poderio político, enquanto a União Soviética, por sua vez, devastada tanto em território, quanto em população e governo, buscava reencontrar-se após a luta. (AFONSO, 2015)

Os acordos de Bretton Woods, por sua vez, foram propostas definidas entre os participantes da Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, realizada entre 1 e 22 de julho de 1944, que elaborou regras para o sistema monetário internacional. Nesse sistema, os países que aderiram ao Fundo Monetário Internacional concordaram em estabelecer câmbio fixo, mas ajustável para corrigir o desequilíbrio fundamental. Se trata basicamente de uma resposta dos países capitalistas ao bloco socialista como uma forma de criar uma arquitetura para a Economia Internacional possibilitando aos países uma maior garantia de crescimento dos níveis de emprego, gerando não só empregos mas bons salários e conseqüentemente a satisfação dos trabalhadores, trazendo portanto uma revolução, estratégia dos países essencialmente capitalistas para se contrapor com a União Soviética. (FERRARI FILHO, 1994)

As relações entre os Estados Unidos e a União Soviética são curiosas visto que passaram de aliados ao final da guerra, para inimigos após as conferências, lutavam “sem armas” pelo poder e a razão de ser o Estado com maior influência no mundo, garantindo seu fortalecimento pela razão ideológica central. Contudo, o ambiente interno dos Estados Unidos também apresentava uma verdade dura: o receio da vivência de uma nova “Grande Depressão”, a crise econômica vivida com o pós-Primeira Guerra Mundial, sustentada como já visto anteriormente pela Doutrina Truman, sendo basicamente o eixo de sustentação da política externa dos americanos na Guerra Fria, e que traçou

todos os indícios de relacionamento com a União Soviética, ou referências à este Estado (passada a população através de sua dominação) e também marco de significava reviravolta no contexto político dos Estados Unidos, que desde o século XIX rejeitavam o engajamento na política eurocêntrica e denunciavam as noções de equilíbrio de poder e esferas de influência. (HOBSBAWM, 1999)

Relacionando, vale dizer portanto que a Doutrina Truman e o Plano Marshall praticamente inauguraram a Guerra Fria, a primeira tendo em vista proteger o capitalismo mundial enquanto segunda buscava o fortalecimento e ampliação do sistema capitalista, pilares de contenção à expansão comunista liderada pela União Soviética, antagonismo ainda mais reforçado com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, a aliança militar entre os EUA e a Europa Ocidental.

Além disso, é válido contextualizar os problemas da cultura de massa, responsáveis pelo processo de alienação e homogeneização da população, uma vez que seus produtos são pré-definidos, homogêneos e carentes de profundidade política ou reflexão social. (HOBSBAWN, 1999) Para o autor, essa premissa de uma cultura de massa mercantilizada impulsiona de forma negativa uma fantasia generalizada que leva a sociedade para a negação das realidades, isto é, para uma vida artificializada, sendo assim, a cultura de massas está intimamente ligada ao advento da modernidade e designa o consumo de alguns bens e serviços da sociedade industrializada, especialmente por sua natureza comercial e manipulativa, consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial.

Em suma, já seguindo ao próximo capítulo, vale então relacionar à perspectiva Realista da Teoria das Relações Internacionais já que ela compartilha pressupostos consideráveis no tangente à política internacional e possui um temário específico: a centralidade do Estado como ator unitário e racional, circundado por uma estrutura de permanente conflito e um sistema anárquico. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005)

CAPÍTULO 3 - A PERSPECTIVA DO REALISMO VERSADA COM O AMERICAN WAY OF LIFE

O presente capítulo visa contribuir para a discussão acerca da influência direta que a potência estadunidense repercutiu em território europeu no pós-guerra, elucidando a cronologia dos fatos que não se encerrou apenas com a destruição em massa das capacidades dos países da Europa após 1945. É e notório destacar que as escolas das Relações Internacionais serão utilizadas como base metodológica qualitativa para versar com os fatos que se sucederam na época. A corrente Realista é o norte das discussões, na medida que interpreta justamente o jogo de interesses por trás das atitudes dos Estados Unidos sobre a Europa.

3.1 O Realismo e a contribuição estadunidense para reversão do caos Europeu pós Segunda Guerra Mundial

A escola Realista das Relações Internacionais inspirada, principalmente, nos pensamentos de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679), configura o estado de natureza como sendo um cenário de “guerra de todos contra todos”. Os homens, quando estão em seu estado de natureza, vivem sem uma autoridade superior capaz de determinar as regras mútuas de convivência ou impor uma ordem. O termo “anarquia” é utilizado para descrever este fenômeno, ao passo que cada indivíduo – ou Estado – no sistema internacional é responsável pela preservação de sua integridade e, conseqüentemente, pode ser uma ameaça à integridade de seus pares (LACERDA, 2005).

Como demonstram todos os que escrevem sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. (...) os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono a licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte. Por isso se diz que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons (MAQUIAVEL, 1994, p. 29).

Em linhas gerais, o Realismo é entendido como um jogo onde a soma sempre será zero. Isso porque tal teoria entende que os recursos, bens e capacidades que estão aliadas aos indivíduos são classificados como escassos, não compartilháveis e indivisíveis. Desta forma, todos os jogadores deste jogo estão em constante disputa, incerteza e desconfiança quanto aos demais jogadores (ARON, 1987).

Frente a isso, diversas analogias são realizadas para descrever o comportamento do Estado dentro do ambiente internacional, como por exemplo tratar o Estado como uma “caixa preta”, excluindo todo o ambiente político que contorna o processo de tomada de decisão interior as fronteiras (MESQUITA, 2002). Além disso, Waltz (1979) compara o Estado a uma “bola de bilhar” por ser uma estrutura homogênea e maciça, coincidindo diretamente com as suas estratégias de política externa e política doméstica.

Desde a Primeira Guerra Mundial, os Estados se prontificaram como um importante ator nas negociações de reconstrução do sistema internacional ao passo que conseguiram moldar a ordem econômica a sua feição e seu interesse. Para o desenrolar e conclusão da Segunda Guerra Mundial, isso acabou se tornando uma moeda de referência internacional ao ampliar suas capacidades para influenciar os demais países que compõem a colcha de retalhos do sistema internacional até a Guerra Fria.

Desta maneira, assim como apontado no capítulo anterior, a contribuição dos Estados Unidos na reconstrução econômica da Europa após o conflito bélico que se encerrou em 1945 não tinha um viés meramente pautado na bondade. Os interesses políticos da potência estadunidense estavam intimamente relacionados com uma estratégia de obtenção de aliados contra a União Soviética (MAGNOLI, 2004).

3.2 A corrente do *soft power* e *hard power* na disseminação do *American Way of life* na Europa

Ainda seguindo a premissa Realista, Joseph Nye representa um dos maiores nomes contemporâneos da teoria, sendo pioneiro de alguns conceitos que enriquecem a perspectiva dentro do campo das Relações Internacionais.

Em 2002, Nye escreveu o livro “O Paradoxo do Poder Americano”, apontando as ameaças da maior potência do sistema internacional perder o título de hegemonia após o ataque do 11 de setembro de 2001. Para isso, Nye se debruça nos conceitos de *soft power*, *hard power* e Interdependência Complexa. É notório destacar que este último ponto foi criado pela coautoria de Joseph Nye e Robert Keohane.

O *soft power* precisa ser entendido como um mecanismo de poder que não é restrito apenas aos Estados, competindo a qualquer ator do sistema utilizá-lo como artifício para a garantia de seus próprios interesses. Isso porque o *soft power* possui características de ser indireto, transnacional e não imediato, por englobar aspectos ideológicos, sociais e culturais. Nye (2002) ressalta que este conceito precisa ser praticado de maneira sedutora pelo ator em questão para que este consiga atrair suas “vítimas” e conseguir exercer tal poder de maneira não coercitiva e natural. O *soft power* está intrinsecamente relacionado com os conceitos de democracia, pluralismo, autonomia, desenvolvimento, instituições fortes, política externa, liberdade, autonomia, igualdade e sustentabilidade justamente por serem julgados como nortes interessantes para um Estado trilhar seu caminho no sistema internacional (NYE, 2002).

Para exemplificar, é possível estabelecer que Estados cuja democracia e liberdade são valores fundamentais que lapidam suas políticas internas e externas e, conseqüentemente, possuem reflexos negativos em seu desenvolvimento, fazem com que outros Estados se sintam seduzidos a querer integrar estes mesmos ideais para dentro de suas fronteiras de forma voluntária. “Se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer.” (NYE, 2002, p. 37).

Ao estabelecer um paralelo com o *American Way of Life*, o *soft power* é visto como um pressuposto angular para o atingimento do seu objetivo, onde a partir dos anos 1930, os Estados Unidos conseguiram difundir em massa seus meios de comunicação e conseguiu atribuir um valor internacional para seu cinema, música e afins. Desde então, países do mundo todo estão fadados a lidar com consumidores que gostariam de ter o estilo de vida estadunidense porque viram ou ouviram sua disseminação nas mídias (GONÇALVES, 2008).

É interessante destacar que o presente trabalho corrobora com a questão de como as guerras e desenvolvimento econômico do sistema internacional repercutiram positivamente pra que o *American Way of Life* fosse difundido ainda mais, ao passo que os Estados Unidos conseguiram sair dos dois conflitos bélicos mais destrutivos da história como hegemonia mundial e, ainda, conseguiu vencer uma guerra ideológica, se tornando ainda mais forte. Isso instiga a sedução nos demais países do sistema internacional de maneira voluntária.

Por outro lado, o *hard power* deve ser entendido como algo mais agressivo e incisivo ao passo que pondera ações concretas nas esferas militar e econômica. A vertente militar não pode ser resumida puramente em conflitos armados, pois a coerção, indução e dissuasão são caminhos para que um ator, que se encontra na posição de subjugar os demais, consiga ameaçar, amedrontar e punir outros atores que não possuem o mesmo grau de poder para difundir seus objetivos e ampliar sua hegemonia. A Guerra Fria é um dos exemplos mais claros e concretos que temos na história para exemplificar o impacto que o *hard power* que um Estado detém contra os demais. As declarações de capacidade bélica já eram ameaça suficiente para que os países conflitassem entre si, anulando a necessidade de grandes conflitos armados (MARTINELLI, 2016).

A relação econômica também é um pressuposto contemplado pelo *hard power* na medida em que um Estado muito influente neste meio pode, simplesmente, provocar sanções, embargos e suspensão de subsídios, parcerias e investimentos para influenciar os demais atores no sistema internacional (MARTINELLI, 2016).

QUADRO 1 – Espectro de poder

	HARD	SOFT
Espectro comportamental	Coerção Persuasão	Definição de Agendas Atração
Recursos mais prováveis	Força Pagamentos Sanções Propinas	Instituições Valores Cultura Políticas

Fonte: NYE (2004, apud. ADORNA, 2019).

Nye (2002) defende que a união do *soft power* e *hard power* é capaz de levar o Estado à posição de hegemonia no sistema internacional justamente por equilibrar a postura militar/econômica de um lado, e a ideológica/social/cultural de outro lado para, assim, o Estado ser efetivo em todas as suas facetas.

A Interdependência Complexa é subdividida em três características principais, sendo elas justificadas por a) múltiplos canais que conectam sociedades através de atos interestatais, transgovernamentais e transnacionais – ou seja, qualquer ato bilateral ou multilateral, independente do ator que a exerça; b) agenda das relações interestatais não sendo organizadas de maneira hierárquica, fazendo com que a segurança militar não necessariamente seja a pauta dominante e, conseqüentemente, os temas principais sejam configurados a partir do grau de interesse dos Estados; e, por fim, c) a não utilização da força militar de um governo em direção a outro ator quando a Interdependência Complexa prevaleça na região de interesse deste Estado.

- A relação da Interdependência Complexa com o Paradoxo do Poder Americano é evidenciada quando os Estados Unidos têm a capacidade militar de subjugar qualquer outro Estado, mas não o pode fazer, pois tal afetaria a Interdependência de maneira direta em sua terceira característica, quando em uma região de interesse; quando não, pode afetar o Soft Power, pois há interesse norte-americano em todas as regiões do globo onde há um ator, ou conjunto de atores, capazes de serem uma ameaça (MARTINELLI, 2016, p. 70-71).

Dessa forma, é possível concluir que o *American Way of Life* diz respeito a uma postura pautada pelo *soft power* de natureza e que vem se consolidando cada dia mais no sistema internacional. É claro que em proporções diferentes de

um país para outro, mas no contexto da Europa no século XX, sua disseminação tomou proporções foi assistida pela influência estadunidense nas esferas *soft*. Contudo, é notório destacar que também houve um impacto latente naquilo que tange o *hard*, ao passo que a economia é um ponto super sensível dentro das fronteiras europeias mediante às contínuas situações de conflito que foram submetidas.

3.3 O comportamento do *American Way of Life* no pós Guerra Fria

Historicamente, assim como visto nos capítulos anteriores, os Estados Unidos garantiram o título de hegemonia internacional no período que antecedeu a Grande Guerra. Isso porque conseguiu combinar seu sistema produtivo em larga escala e possibilidade de ser credor de países europeus (EICHNGREEN, 1991). Em virtude de sua localização geopolítica longe dos grandes centros de destruição da Europa e sua breve participação na Guerra que exigiu pouca mobilização bélica, a economia estadunidense foi preservada. Na Segunda Guerra Mundial, apesar de sua participação ter sido latente, sua entrada tardia e o fato dos confrontos diretos não terem acontecido em seu território, fizeram com que sua economia fosse muito menos prejudicada do que qualquer país europeu (HARRYSON, 2005).

Isso fez com que os pontos a favor dos Estados Unidos se traduzissem em forças para todo o processo de polarização político-ideológico, entre 1947 a 1991, que ficou conhecido como Guerra Fria. Contudo, em especial a partir da década de 1970, as relações internacionais passaram a assistir a intensificação do processo de corrosão das estruturas estatais, o que representou o pontapé inicial para percepções pessimistas quanto a intangibilidade do Estado em relação aos demais atores internacionais. Contudo, todos estes atributos prejudiciais ao Estado foram mascarados pelo constante esforço de manutenção da ordem bipolar (BOURSCHEID, 2014).

Apesar de ter saído vitorioso do conflito ideológico, os Estados Unidos enfrentaram um suposto declínio em sua hegemonia a partir da década de 1970 ao passo que a indústria estadunidense estava sendo desafiada pela concorrência europeia e japonesa desde 1960. Principalmente devido ao

envolvimento desastroso no Vietnã que se traduziu em efeitos negativos. Todavia, este cenário não se estendeu por muito tempo ao passo que o colapso da URSS, seguido da fragmentação que quase destruiu a Rússia, abriu margem para que os EUA se recuperassem.

“Durante a Guerra Fria, a formulação da alta estratégia era admitidamente mais simples do que hoje. A simples existência da União Soviética concentrava a mente. O caráter imediato da ameaça posta pelo comunismo tornava a formulação da visão estratégica um problema urgente. E esta ameaça dava uma definição natural do mapa americano do mundo. A linha divisória central repousava no interior das fronteiras germânicas. As democracias atlânticas estavam a oeste, e o inimigo ao leste. A maior parte do mundo se encaixava automaticamente em um destes dois blocos. Os principais desafios aos estrategistas da época era imaginar que parte da periferia importava e identificar as tendências geopolíticas que destruiriam o império soviético.” (KUPCHAN, 2002, p. 41).

Frank (1972) disserta sobre o *American Way of Life* como um instrumento de manutenção da dependência de produtos importados na sociedade europeia ao passo que esta não possuía insumos e forças produtivas próprias em razão da estagnação seguida de crise fruto da Segunda Guerra Mundial. A ausência de oferta local para suprir a demanda interna, tornou necessária a importação de produtos para suprir a defasagem europeia, ocasionando um alto grau de dependência de mercado externo – em especial, o estadunidense.

Além da dependência mercantil, os principais elementos que serviram como alicerce para a consolidação estadunidense em território europeu eram vinculados ao design, propaganda, artes, produção e cinema. É notório destacar que tais instrumentos são essenciais para concretizar os objetivos pré-estabelecidos nas conferências de paz e nas doutrinas de influência dos Estados Unidos (FRANK, 1972).

“O cinema americano (...) conseguiu dominar o mundo e a visão que o mundo tem de si mesmo. Entre o final da Segunda Guerra Mundial 1970, por exemplo, a França fez 10 filmes sobre a guerra, enquanto os Estados Unidos lançaram 311, reforçando a imagem do país como nação vencedora e heroína da libertação à custa da contribuição das outras forças aliadas.” (SCOWEN, 2003,p. 198-199).

Deste modo, ao longo de toda Guerra Fria, a propaganda da cultura, ideologia e comportamento do *American Way of Life* era observada em todo território europeu que recebeu auxílio do Plano Marshall. Nota-se que, em razão da popularização da TV, e, apesar dos protestos intelectuais europeus que tratavam a cultura estadunidense como degenerativa, o American Way of Life

havia se transformado no desejo da população europeia justamente por tratar a vida como “mais colorida” em seus retratos nas mídias. Isso, para uma população que se recuperava do caos da guerra, magnetizava os interesses para aquilo que os Estados Unidos representavam. Desta forma, enquanto a Europa se recuperava da destruição do conflito armado e assentava seu eixo capitalista de maneira mais equilibrada, houve o encorajamento para o consumo ainda maior (AFONSO, 2015).

Nas entrelinhas, a estratégia estadunidense estava intimamente relacionada com a conquista de aliados para manter o seu título de maior hegemonia da época e, para isso, precisava promover a aceitação de seus modelos políticos, econômicos e sociais como padrão a ser conquistado por uma larga escala de países. O *American Way of Life* foi um meio para atingir as bases populares a partir do pressuposto de disseminar a felicidade transporta pela mediação da dita “sociedade americana”.

De acordo com Guimarães (2001, p. 96-97), existem alguns pontos que merecem atenção dentre os objetivos da estratégia ideológica americana, a exemplo da a) garantia do livre acesso dos sistemas de divulgação do *American Way of Life* a todas as sociedades; b) promoção dos ideais americanos através de sistemas de treinamento profissional para prováveis integrantes das futuras elites de terceiros países; c) garantia do controle de secretariados de organismos internacionais multilaterais com capacidade de formulação ideológica internacionalista; apresentação de um modelo socialista de organização vinculado a algo negativo e destruidor dos valores ocidentais; e, por fim, d) apresentação dos Estados Unidos como paladinos da independência dos povos coloniais, da liberdade individual, da democracia, da iniciativa privada e dos valores espirituais do homem, da igualdade e da não-discriminação étnica, social, religiosa, econômica.

Mais uma vez, o Destino Manifesto, assim como analisado no capítulo 2 do presente estudo, é colocado como norte de preservação dos valores ocidentais em que os Estados Unidos eram fiéis seguidores e disseminadores dos ideais que tangiam a liberdade política e religiosa, democracia e o capitalismo. Cabe destacar que as estratégias estadunidenses caminhavam em linha não somente com a consolidação de sua figura enquanto a maior hegemonia global da época, como também caminhavam no sentido de

exterminar todo e qualquer vestígio da URSS e seus efeitos. Ambos os objetivos caminharam de “mãos dadas” e foram extremamente interessantes para que os Estados Unidos saíssem de outra guerra – dessa vez, ideológica – como soberano em termos econômicos, políticos, bélicos e culturais.

3.4 O poder dos Estados Unidos e a ordem mundial contemporânea

Os EUA conseguiram redefinir toda a ordem mundial ao passo que criaram uma forma de domínio singular, semi-imperial, capaz de articular diversas sociedades tanto de fora para dentro – pela pressão financeira e chantagem militar – como de seu interior, por meio de uma rede de investimentos transnacionais e pela tendência à homogeneização cultural, derivada da difusão do *American Way of Life* (MARIUTTI, 2009). É claro que a guerra do Vietnã representou um choque para esta imagem de potência predominante que os Estados Unidos tinham sobre os demais atores do sistema internacional, mas, em linhas gerais, seu escopo estatal era extremamente bem definido e configurado para influenciar e persuadir.

Os EUA – “país mais poderoso desde Roma”, segundo Nye (2002), atingiram maturidade no seu poderio de tal modo que a sua superioridade tecnológica e militar é perceptível ao passo que os Estados Unidos são o único ator global da história da humanidade que consegue projetar poder militar de maneira simultânea em diferentes esferas estratégicas e/ou distantes de seu território nacional. Para ter como base, Babosa (2002) revela que o orçamento de defesa estadunidense, até os anos 2000, era superior aos orçamentos militares dos seguintes 15 aliados/competidores estratégicos – a exemplo de Rússia, China e outros membros da OTAN).

Contudo, uma década depois da queda do Muro de Berlim e a definição a nova ordem mundial, os Estados Unidos enfrentou o marco histórico conhecido como a maior ameaça à sua hegemonia. Após o ataque do 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos tiveram que se reinventar mediante a doutrina Bush

De maneira breve, é possível destacar três esferas principais que mais sofreram alterações mediante ao atentado numa tentativa dos Estados Unidos

se reinventarem no sistema internacional. Na esfera da economia, temeu-se um ciclo recessivo que foi agravado em diversos setores – principalmente aqueles que dependem do turismo – e um investimento ainda maior no setor militar para o aperfeiçoamento de estabilidade. Na esteira desta discussão, é possível pontuar que na esfera da segurança houve um foco enorme sobre a vigilância em suas fronteiras e políticas de cooperação internacional para distanciar a realidade terrorista do ocidente. Por fim, a esfera de política externa foi colocada como prioridade máxima dentro da agenda estadunidense para o (BARBOSA, 2002).

“As ações americanas no campo político, militar, econômico e diplomático, que se seguiram aos ataques, refletem essa ambivalência, deixando transparecer uma tendência crescentemente unilateral temperada pela busca de entendimentos e alianças pontuais (“à la carte”) com a comunidade internacional em fóruns específicos, como as Nações Unidas e a OTAN. O relacionamento entre os EUA e as instituições multilaterais passa, nesse contexto, por uma fase de maiores conflitos. O 11 de setembro acentuou uma tendência que já era visível na relação do governo Bush com vários organismos e acordos internacionais, marcada pela preocupação com a preeminência do interesse nacional norte-americano e a aversão em aceitar constrangimentos em áreas consideradas como sensíveis do ponto de vista de Washington.” (BARBOSA, 2002, p. 78-79).

Desta forma, apesar do trauma do atentado, os Estados Unidos conseguiram se reerguer e voltar a cultivar sua imagem de potência global apoiada por seu novo escopo político que protege os valores democráticos. O *American Way of Life* mais uma vez pode ser atribuído como um paralelo neste cenário, ao passo que apesar de ter sofrido este atentado e ter tido sua hegemonia colocada em xeque, os Estados Unidos continua desempenhando um enorme peso sobre a ideologia e cultura dos demais países do sistema internacional. Contudo, é notório destacar que, após o 11 de setembro de 2001, houve uma apologia mais voltada ao *hard power*, principalmente filiada ao governo de George W. Bush (2001-2008), mas isso não é mérito da discussão do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recorte histórico emoldurado desde o Padrão Ouro (1833-1913) até o atentado de 11 de setembro de 2001 é importante para a compreensão da postura político-econômica dos Estados Unidos que foi capaz de disseminar seu interesse ao ponto de se tornar a maior hegemonia global da contemporaneidade. A Grande Guerra representa aquilo que ficou conhecido como ponto de partida para que os Estados Unidos se tornassem referência enquanto Estado, pois foi graças a este período que este país teve elevados índices de atividade econômica. Neste momento, tal atividade era justificada pela situação na qual a Europa estava inserida, a qual demandava expressivas importações de commodities agrícolas e produtos manufaturados justamente por conta da destruição de seus meios de produção internos.

É claro que o dano causado pela crise de 1920 representou um enorme desafio para que a potência estadunidense voltasse aos trilhos da influência no sistema internacional, mas sua reconstrução monetária foi algo que se projetou em um curto período de tempo. Isso porque houve a criação de diversas medidas intervencionistas para atenuar a crise que não deixaram de lado o caráter liberal e que reorganizaram toda a questão econômica do país. A Segunda Guerra Mundial foi o divisor de águas para que os Estados Unidos se consolidassem ainda mais, pois, devido a sua distância geográfica dos maiores conflitos armados/destrutivos e sua entrada tardia na Guerra, fizeram com que seus danos não fossem tão latentes, quando relacionados aos europeus. Além disso, houve a mesma premissa de produção para suprir a demanda daqueles países que foram destruídos, o que acabou alavancando ainda mais os EUA.

Ao longo de todos estes episódios até a Guerra Fria, o *American Way of Life* foi inaugurado como estratégia de *soft power* para atingimento dos dois maiores objetivos estadunidenses: ao passo que conquistavam ainda mais espaço no sistema internacional ao desempenhar papel de hegemonia contra a URSS, também exterminava o socialismo através da difusão de seus valores culturais e ideológicos que o *American Way of Life* aspirava nos demais atores.

O *American Way of Life* contribuiu enormemente para a reconstrução econômica do pós-Guerra, mas foi estrategicamente elaborado para corroborar

com a política externa estadunidense. Ou seja, em outras palavras, as tentativas de reconstrução europeia feita pelos EUA podem ser interpretadas como um jogo de interesses que, no fim do dia, acabou reconstruindo mais o lado dos Estados Unidos. Mas, apesar deste fator, o *American Way of Life* é um fator importante para a reconstrução econômica da ordem global de sua própria maneira.

O presente estudo conseguiu responder os objetivos escalados no primeiro momento da pesquisa que estavam intimamente alinhados ao entendimento de toda a cronologia dos fatores que colocaram os Estados Unidos como sendo hegemonia capaz de atuar prontamente em outros atores do sistema internacional via política externa de *American Way of Life*.

De modo geral, a bibliografia utilizada foi em linha com as expectativas, mas houve certa dificuldade de conciliar a Escola das Relações Internacionais e as Ciências Econômicas para sintetizar as evidências de pesquisa, uma vez que a cronologia do *American Way of Life* não é algo que pode ser explicado puramente pelo recorte das Relações Internacionais. A explicação deste ponto é atribuída com o fato de que a hegemonia precisa ser explicada a partir dos campos econômicos, políticos, culturais e ideológicos de influência que um ator implica no sistema internacional. Portanto, o *American Way of Life* é apenas um aspecto que traduz a influência estadunidense, mas que, ainda sim, é o foco do presente estudo.

Para as pesquisas futuras, é aconselhado que os autores sigam a mesma lógica de combinar diferentes perspectivas para sair do escopo teórico comum de *American Way of Life* de maneira direta, igual apontado com profundidade no capítulo 3. A necessidade de haver o detalhamento de como os Estados Unidos conseguiram se consolidar para viabilizar esta estratégia via todos os marcos históricos os quais eles passaram é necessária para a visão holística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNA, Diego Perin. A invasão britânica sem armas: Beatles e rock and roll como instrumentos de soft power (1964-1970). **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 18. 2019.

AFONSO, Jaqueline Ganzert. O American Way of Life na reconstrução da Europa no pós-guerra. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 18, p. 218-252, 2015.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado Editora Universidade de Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 72-91, 2002.

BERNANKE, Ben. "Remarks by Governor Ben S. Bernanke: Money, Gold and The Great Depression.". At the H. Parker Willis Lecture in **Economic Policy, Washington and Lee University**, Lexington, Virginia. Março de 2004.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário da Guerra Fria**. **Revista de história regional**, 2001.

BOURSCHEID, Junior Ivan. Hegemonia e ordem mundial pós-guerra fria: uma análise coxiana das relações internacionais. **CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 18, 2014.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise**: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: UNB [2000], p. 89,

CECCO, Marcello de. Money and Empire. The International Gold-Standard, 1890-1914. Basil Blackwell: **Oxford**. 1974.

COGGIOLA, Osvaldo. O craque de 1929 e a grande depressão da década de 1930. Crise, **Revolução e Contra-Revolução**. São Paulo, sd, 2015.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 5-24, 1998.

CRESPO, Mariana Monteiro. **Interpretações da crise de 1929 no contexto econômico norte-americano**. 2018. 120 f., il. Tese (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da et al. **American way of life**: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017.

DE TOCQUEVILLE, Alexis. Democracy in America-Vol. I. and II. **Read Books Ltd**, 2015.

DEOS, Simone. A contemporaneidade de Minsky. In: **ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB)**. Dossiê da crise. Nov. 2008.

EICHENGREEN, B. Globalizing capital: a history of the international monetary system. **Princeton, N. J.:Princeton University Press**, 1996.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. 1. ed. São Paulo: **Livros Studio Nobel**, 1995.

FERRARI FILHO, Fernando. A moeda internacional na economia de Keynes. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 1, p. 98-110, 1994.

FOURASTIÉ, Jean. Les trente glorieuses: **ou la Révolution invisible de 1946 à 1975**. Fayard, 2014.

_____. A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Editor's introduction. In: EICHENGREEN, B. (ed.), The gold standard in theory and history. New York: Methuen, 1985, p. 1-36.

_____. Golden fetters: The gold standard and the great depression, 1919-1939. New York: Oxford University Press, 1992.

HERBERG, Will. Protestant--Catholic--Jew: An Essay in American Religious Sociology. **University of Chicago Press**, 1983.

HOBBSBAWM, E. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914- 1991), 2a ed, São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HOBBSBAWM, Eric J. Tempos fraturados – cultura e sociedade no século XX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos estudos CEBRAP**, v. 12, p. 16-26, 1985.

KEYNES, John Maynard. Alternative aims in monetary policy (1923). In: **Essays in persuasion**. Palgrave Macmillan, London, 2010. p. 164-182.

KUPCHAN, Charles A. The false promise of unipolarity: constraints on the exercise of American power. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 24, n. 2, p. 165-173, 2011.

MARIUTTI, Eduardo Barros. EUA: fundamentos e tendências gerais da hegemonia estadunidense no pós-Guerra Fria. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**, p. 53, 2009.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O jogo tridimensional: o hard power, o soft power e a interdependência complexa, segundo Joseph Nye. *Conjuntura Global*, v. 5, n. 1, 2016.

MELANDRI, Pierre. História dos Estados Unidos desde 1865. 2. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2006.

MORGENTHAU, H.J. A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

NYE, J. S. Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History. **New York: HarperCollins**, 1993

PEARCE, D. W. (ed.) The MIT dictionary of modern economics. 3rd. ed. Cambridge: MIT Press, 1991.

PELLEGRINO, Lucas Nunes. John R. Commons: Ideias para estabilização dos preços e do emprego nos EUA, pré-crise de 1929. *Revista Iniciativa Econômica*, v. 3, n. 1, 2017.

PRADO, Luis Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. *Econômica*, v. 13, n. 2, 2011.

RAPPOPORT, Peter e WHITE, Eugene Nelson - "Was There a Bubble in the 1929 Stock Market?", *Journal of Economic History*, Vol. 53, No. 3 (Sep. 1993), pp. 549-574.

ROCHA, Everardo. Comunicação, cultura e consumo. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

RUTHERFORD, M.; SAMUELS, W. J. (Ed.). Price Stabilization and the Federal Reserve System (1927). In: **John R. Commons: Selected Essays**. London: Routledge, p.386-396. v.2. 1996.

SALDANHA, E. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. Editora Saraiva. São Paulo. 2005.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI – no loop da montanha russa. 1. ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2001.

SHUKAIR, Ali A. The American Way of Life. 1. ed. New York/USA: Philosophical Library, 1972.

WALTZ, K. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

ZIZEK, Slavoj. **Lacrimae rerum: ensaios sobre cinema moderno**. SP: Boitempo, 2009.